

CADERNO DE ENCARGOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**“P284/2024 - Contratação de serviços jurídicos de patrocínio
judiciário de processos pendentes (com mandato forense) -
Avença (100781/2024)”**

AJUSTE DIRETO

MUNICÍPIO DE OURÉM

CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

“P284/2024 - Contratação de serviços jurídicos de patrocínio judiciário de processos pendentes (com mandato forense) - Avença
(100781/2024)”

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a – Objeto	3
Cláusula 2. ^a – Contrato	3
Cláusula 3. ^a – Prazo	3
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR	4
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 4. ^a – Obrigações principais do prestador de serviços	4
Cláusula 5. ^a – Conformidade e operacionalidade dos bens	4
Cláusula 6. ^a – Prestação do serviço objeto do contrato e prazo de execução	4
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURÉM	4
Cláusula 7. ^a – Preço contratual e preço base	4 e 5
Cláusula 8. ^a – Condições de pagamento	5
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	5
Cláusula 9. ^a – Penalidades contratuais	5 e 6
Cláusula 10. ^a – Responsabilidade pelos erros e omissões de projeto	6
Cláusula 11. ^a – Força maior	6 e 7
Cláusula 12. ^a – Resolução por parte do contraente público	7
Cláusula 13. ^a – Resolução por parte do prestador	7 e 8
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO (QUANDO APLICÁVEL)	8
Cláusula 14. ^a – Execução da caução	8
CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	8
Cláusula 15. ^a – Foro competente	8
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS	8 e 9
Cláusula 16. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	9
Cláusula 17. ^a – Comunicações e notificações	9
Cláusula 18. ^a – Legislação aplicável	9
Anexo I	10

AJUSTE DIRETO

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 — O presente caderno de encargos, compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o **patrocínio judiciário dos processos judiciais pendentes (Anexo I)**, nos termos do Caderno de Encargos, convite e demais legislação aplicável.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor até à total prestação do serviço objeto do contrato que será de **12 meses** (ou até transito em julgado do processo, caso ocorra antes deste período), sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias decorrentes da execução do contrato por parte do adjudicatário.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas técnicas que se anexam, da celebração do contrato decorrem para o prestador do serviço a obrigação principal de prestar o serviço identificado na sua proposta;

2 – Durante a fase de execução do contrato e com a periodicidade mensal, constitui obrigação do prestador do serviço a apresentação de relatório de execução do contrato, com informação detalhada da fase em que se encontra o processo, que será aprovado pela entidade adjudicante.

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1 - O fornecedor obriga-se a prestar os serviços ao Município de Ourém, objeto do caderno de encargos com as características, especificações e requisitos técnicos previstos neste Caderno de Encargos, e demais legislação em vigor.

Cláusula 6.ª

Prestação do serviço objeto do contrato e prazo de execução

1 - Os serviços para a Prestação de serviços, a elaborar de acordo com as cláusulas do Caderno de Encargos deverá acontecer no prazo máximo de um ano (ou até transito em julgado do processo, caso ocorra antes deste período).

Secção II

Obrigações do Município de Ourém

Cláusula 7.ª

Preço contratual e preço base

1 - Pela prestação do serviço objeto do contrato, o município de Ourém deve pagar ao prestador do serviço a quantia total que constar da proposta adjudicada a qual não pode exceder a quantia de **(33.600,00 €), trinta e três mil e seiscientos euros**, corresponde ao preço base, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 8.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo MO nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de (60) sessenta dias, observando o cumprimento às normas estabelecidas no sistema de controlo interno do MO, particularmente, face à especificidade dos mecanismos de verificação da regularidade orçamental, financeira e económica subjacente aos processos de despesa pública e aos ganhos de eficiência e operacionalidade, no estabelecimento de planos de gestão de tesouraria mensais, com períodos de pagamento delimitados temporariamente, as quais serão emitidas mensalmente.

2. Para o efeito dos números anteriores, considera-se vencida a obrigação com a realização dos serviços objecto do contrato.

3. Em caso de discordância por parte do MO, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através de cheque, transferência bancária ou numerário, consoante for mais fácil ao MO.

5. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer devendo reflectir a factura, os serviços efectivamente fornecidos no período a que se refere.

Capítulo III Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 9.ª

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município de Ourém pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento da prestação do serviço, que poderá ascender até ao montante do preço base do procedimento.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o município de Ourém pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor do preço base do procedimento.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador ao abrigo da alínea do n.º 1, desta cláusula, relativamente à prestação de serviços cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o município de Ourém tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 — O município de Ourém pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o município de Ourém exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.ª

Responsabilidade pelos erros e omissões de projeto

1-No caso de surgirem erros ou omissões que decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante o dono de obra, será exercido o

direito que lhe assiste de ser indenizado, conforme preconizado no artigo 378º do no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 11.ª

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.^a

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o município de Ourém pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do prestador

1 — Tendo por base os fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador pode resolver o contrato quando:

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 14.^a.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao município de Ourém, que produz efeitos trinta (30) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Caução (Quando aplicável)

Cláusula 14.^a

Execução da caução

1 — (Não aplicável) A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do convite, pode ser executada pelo município de Ourém, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 — (Não aplicável) A resolução do contrato pelo município de Ourém não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3 — (Não aplicável) A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de dez (10) dias após a notificação do município de Ourém para esse efeito.

4 — (Não aplicável) A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos contratos Públicos.

Capítulo V Resolução de litígios

Cláusula 15.ª

Foro competente

1 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI Disposições finais

Cláusula 16.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1- A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.^a
Legislação aplicável

1 - O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Ourém, 20 de novembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal,

Luís Miguel Albuquerque

ANEXO I

Processos Judiciais

MUNICÍPIO DE OURÉM

CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

“P284/2024 - Contratação de serviços jurídicos de patrocínio judiciário de processos pendentes (com mandato forense) - Avença (100781/2024)”



MUNICÍPIO DE OURÉM

Câmara Municipal

Processos Judiciais

Nome do Autor/Réu/Contrainteresados/Pedido	N.º Registo CMO	N.º de Processo Tribunal	Tribunal / Tipo de Ação	Último Ato Praticado	Obs.
Processos em Tribunal Ano de 2024					
A: Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. R: Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, S.A., EIM e Município de Ourém Requer que a Tejo Ambiente (e subsidiariamente o Município de Ourém) seja: a) intimada a fornecer à A. as informações relativas aos valores cobrados aos respetivos utilizadores pela gestão de resíduos urbanos, por mês, durante o ano de 2024, conforme solicitou no seu email de 30/09/2024; b) condenado em sanção pecuniária compulsória por cada dia de eventual incumprimento da intimação, nos termos do n.º 2 do artigo 108.º do CPTA.	E: 97332/2024 MGD/2024/600. 30.556/2	1613/24.0BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Intimação para prestação de informações e passagem de certidões	A 25/10/2024 foi enviado à LSA para contestar.	LSA- Sociedade de advogados
A: Pedro Augusto Reis Frazão Vieira da Silva e Maria de Lurdes Reis Frazão Vieira da Silva R: Município de Ourém Requer ser o R. condenado no pagamento: a) de 988.000,00€, atualizados à presente data, a título de indemnização pelo incumprimento contratual que lhe é imputável, acrescido do valor dos juros vincendos à taxa legal até efetivo e integral pagamento; b) de 140.000,00€, pela ocupação do terreno durante 13 anos, acrescido do valor dos juros vincendos à taxa legal até efetivo e integral pagamento;	E: 10848/2024 MGD/2024/600. 30.550/1	104/24.4BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 21/03/2024 foi apresentada a contestação no TAFL.	LSA- Sociedade de advogados



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

Subsidiariamente, para a hipótese de se considerar improcedente o pedido formulado em a) deve o R. ser condenado: c) a pagar aos autores a quantia de 988.000,00€, atualizados à presente data, a título de enriquecimento sem causa, acrescido do valor dos juros vincendo à taxa legal até efetivo e integral pagamento; d) ao pagamento de 140.000,00€, também a título de enriquecimento sem causa, pela ocupação do terreno durante 13 anos, acrescido do valor dos juros vincendo à taxa legal até efetivo e integral pagamento.					
Processos em Tribunal Ano de 2023					
A: José Fernando Marques Ribeiro R: Município de Ourém Contrainteressado: Mário João Dias Frias Requer o decretamento da providência cautelar de suspensão de eficácia do despacho do Presidente da Câmara, de 10/05/2023, que deferiu o pedido de licenciamento de obras de ampliação de telheiro e de construção de um muro de suporte de terras não confinante e confinante com a via pública, e, ainda a legalização de um telheiro e de um muro de suporte de terras, formulado no âmbito do processo de licenciamento n.º 1614/2022.	E: 100765/2023 MGD/2023/600. 30.562/3	1256/23.6BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Outros processos cautelares	A 28/03/2024 foi proferida sentença que julga improcedente a requerida providência cautelar por se considerar não verificado o pressuposto da periculum in mora. (Anexo 9) A 22/04/2024 o A. apresentou um pedido de recurso para o TCA Sul e a 16/05/2024 foram apresentadas as contra-alegações de recurso. (Anexo 10)	LSA-Sociedade de advogados
A: José Fernando Marques Ribeiro R: Município de Ourém Contrainteressado: Mário João Dias Frias Requer que seja declarada a nulidade ou a anulabilidade do despacho do Presidente da Câmara, de 10/05/2023, que deferiu o pedido de licenciamento de obras de ampliação de telheiro e de construção de um muro de suporte de terras não confinante e confinante com a via pública, e, ainda a legalização de um telheiro e de um muro de suporte de terras, formulado no âmbito do processo de licenciamento n.º 1614/2022.	E: 82400/2023 MGD/2023/600. 30.550/5	985/23.9BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 23/10/2023 foi apresentada a contestação. (MGD/94898/2023) Informa sobre os factos que pretende que as testemunhas indicadas possam prestar prova testemunhal. (Anexo 2) Requerimento do A. e contraditório exercido. (Anexo 3)	LSA-Sociedade de advogados



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

				Despacho do TAFL e pronuncia apresentada pela LSA. (Anexo 4)	
A: Deolinda da Silva Nunes (e outros) R: Município de Ourém Cl: Maria de Fátima Henriques Pereira (e outros) Requer que seja declarada nula a deliberação da Câmara Municipal de Ourém de 19/09/2022, ou caso assim não se entenda, que seja anulada a deliberação da Câmara Municipal de Ourém de 19/09/2022, "Reclamação do ruído provocado pelo funcionamento do estabelecimento denominado Colina dos Piscos".	E: 71333/2023 MGD/2023/600. 30.550/4	625/23.6BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 06/10/2023 foi apresentada a contestação. A 27/09/2023 o TAFL notifica-nos para que se afixe e publicite edital. MGD/84913/2023 A 19/02/2024 recebemos cópia da contestação dos contrainteressados (Anexo 6) Aguarda despacho saneador conforme indicação da LSA.	LSA-Sociedade de advogados
A: Telma Sofia Nogueira Alexandre R: Município de Ourém e Dr. Sérgio Frias Requer a condenação dos R. a pagar solidariamente a quantia de 6.596,47€, acrescida de juros vincendos calculados sobre a referida quantia, à taxa legal em vigor, até efetivo e integral pagamento, bem como a condenação em custas e procuradoria condigna.		62/23.2BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	Despacho de 12/01/2023 do Juízo Local de Ourém a remeter o processo ao TAFL para apreciar a ação.	LSA-Sociedade de advogados
A: Poliventis – Eventos e Turismo, Lda. R: Câmara Municipal de Ourém Contrainteressados: Maria de Fátima Henriques Pereira, Hélder António das Neves Lopes, António Pereira Lopes, Raquel Pereira Lopes, Alzira da Conceição Henriques, Maria Dulce Henriques Pereira Delgado, Virgílio dos Anjos Delgado, Isabel Cristina Henriques Pereira, Pedro Nuno Simões Gonçalves, Gabriel Pereira Gonçalves, Francisco Pereira Gonçalves, Cláudia Pereira Delgado, Tomás Pereira	E: 9571/2023 MGD/2023/600. 30.550/1	1197/22.4BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	O processo encontra-se concluso ao juiz desde 27/09/2023, conforme informação da LSA. A 26/09/2024 o TAFL solicita o envio do processo 2016/2021 da DUT e informações relativas à providencia cautelar. (Anexo 6)	LSA-Sociedade de advogados



MUNICÍPIO DE OUREM
Câmara Municipal

Lopes, João Pedro Lopes Pereira, Maria de Lurdes Gomes Rodrigues Requer que seja declarada nula a deliberação da Câmara de 19/09/2022 ou caso assim não se entenda, seja anulada a deliberação da Câmara Municipal de 19/09/2022, que renova a deliberação de 02/05/2022, que determinou a cessação imediata da utilização do estabelecimento “Colina dos Piscos” por parte da Poliventis – Eventos e Turismo, Lda.					
Processos em Tribunal Ano de 2022					
A: Vitor Manuel Vieira Valente R: Câmara Municipal de Ourém Requer o pagamento de 2.000,00€ a título de danos não patrimoniais e o pagamento de 35.000,00€ a título de danos pela demolição total do imóvel correspondente ao valor interior e após demolição, acrescido de juros calculados à taxa legal em vigor desde a entrada da ação até ao efetivo e integral pagamento.	E: 100387/2022 MGD/2022/600.30.550/5	1091/22.9BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 19/01/2023 foi apresentada a contestação. (Anexo 4 da E-100387/2022) O processo encontra-se concluso ao juiz desde 23/05/2023, conforme informação da LSA.	LSA- Sociedade de advogados
A: José Fernando Marques Ribeiro R: Município de Ourém Contrainteressado: Mário João Dias Frias Requer o decretamento da abstenção de emissão da ordem de posse administrativa e abate do carvalho cerquinho.	E: 92725/2022 MGD/2022/600.30.550/3	760/22.8BELRA-A	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 12/12/2022 foi apresentada contestação. MGD/105581/2023 O processo encontra-se concluso ao juiz desde 08/02/2023, conforme informação da LSA.	LSA- Sociedade de advogados
A: Poliventis – Eventos e Turismo, Lda. R: Câmara Municipal de Ourém Contrainteressados: Maria de Fátima Henriques Pereira, Hélder António das Neves Lopes, António Pereira Lopes, Raquel Pereira Lopes, Alzira da Conceição Henriques, Maria Dulce Henriques Pereira Delgado, Virgílio dos Anjos Delgado, Isabel Cristina Henriques Pereira, Pedro Nuno Simões Gonçalves,	E: 80826/2022 MGD/2022/600.30.562/3	899/22.0BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Outros processos cautelares	Acórdão de 11/07/2024 revogou a sentença que indeferiu a providencia, com fundamento numa especifica falta de audiência dos interessados e determina que os autos baixem ao TAF. (Anexo 36) A 20/08/2024 o TAF Leiria notifica as partes para informar se pretendem manter ou alterar os requerimentos	LSA- Sociedade de advogados



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

Gabriel Pereira Gonçalves, Francisco Pereira Gonçalves, Cláudia Pereira Delgado, Tomás Pereira Lopes, João Pedro Lopes Pereira, Maria de Lurdes Gomes Rodrigues Requer a suspensão da eficácia da deliberação do Município tomada em reunião de Câmara no dia 19/09/2022, que renova a deliberação de 02/05/2022, que determinou a cessação imediata da utilização do estabelecimento “Colina dos Piscos” por parte da Poliventis – Eventos e Turismo, Lda.				probatórios, relativamente ao estabelecido no acórdão. (MGD/81058/2024)	
A: António das Neves Marto & Filhos, Lda. R: Câmara Municipal de Ourém Cl: Luís Miguel Pereira Perfeito (mais 22) Requer que seja reconhecido que o caminho entre a Rua Cónego Formigão e a Rua de Santo António, passando entre os prédios “dos Maurícios” (Lojas de Fátima) e Hotel Estrela de Fátima e atravessando o prédio da autora (frente à entrada do Hotel Santa Maria) foi desafetado do domínio público, sendo parte do seu leito integrado no prédio da Autora, e que a Câmara praticou todos os atos materiais inerentes à execução daquela deliberação de 1961 e que praticou ao longo dos anos desde então, válida e conscientemente, atoa materiais tendo como pressuposto a referida desafetação, como sejam as aprovações de projetos de construção e emissões de alvarás de licenças de construção e de utilização com referencia ao prédio da Autora; ou Ser a Câmara condenada a desafetar o referido caminho do domínio público, em cumprimento dos instrumentos de gestão territorial em vigor e por faça dos atos materiais que consistentemente praticou tendo como pressuposto a referida desafetação, por se tratar de ato legalmente devido e omitido, caso não proceda voluntariamente à sua desafetação na sequência da citação para a presente ação.	E: 13381/2022 MGD/2022/600. 30.550/1	22/22.0BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 07/02/2023 foi-nos dado conhecimento das contestações e documentos apresentados pelos contrainteressados. (Anexo 4) A 25/03/2022 foi apresentada a contestação. MGD/24077/2022 O processo encontra-se concluso ao juiz desde 08/03/2023, conforme indicação da LSA.	LSA- Sociedade de advogados

Processos em Tribunal Ano de 2021



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

A: Pedro Miguel Gonçalves Marques R: Presidente da Câmara Municipal de Ourém e Câmara Municipal de Ourém Requer a anulação do indeferimento de reclamação, bem como a anulação do Despacho de Homologação da Nota, devendo a avaliação ser anulada e substituída por outra que evidencie a alta capacidade do avaliado em prestar serviços públicos eficientes e de qualidade, ou seja, que valorize os objetivos e as competências do avaliado em 5,00 pontos.	E: 84644/2021 MGD/2021/600. 30.550/9	1189/21.0BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 07/02/2022 foi apresentada a contestação no Tribunal. MGD/9360/2022 A 06/06/2022 foi apresentado pela LSA requerimento no TAFL. (Anexo 10) O processo encontra-se concluso ao juiz desde 09/06/2022.	LSA- Sociedade de advogados
A: Paula Alexandra Ribeiro Faria R: Município de Ourém Requer a condenação a pagar à A. a importância total de 135.085,10€, e, a indemnizar a A. de todas as quantias devidas a título de perdas de rendimentos (salários) que se foram vencendo após a entrada da petição e enquanto seja viva e bem assim todas as despesas que haja de fazer em eventuais operações cirúrgicas, de que venha a necessitar, aquisição de equipamento seja ele motor ou outro, e com tratamentos que haja de efetuar em sequencia do sinistro sofrido, tudo com consequências legais.	E: 75989/2021 MGD/2021/600. 30.550/8	1509/21.8BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 26/12/2022 fomos notificados do despacho saneador. (Anexo 4 da E-75989/2021) A 05/07/2023 foi determinada realização de mais exames médicos e notificado o Hospital de Abrantes, para remeter a informação clínica da A. (Anexo 11) A 07/09/2023 do Hospital de Abrantes remeteu a informação clínica. (Anexo 12) O processo encontra-se concluso ao juiz desde 06/11/2023 conforme informação da LSA.	LSA- Sociedade de advogados
A: Soldanova – Sociedade de Construções Metálicas, Lda. R: Município de Ourém e União Desportiva Pinheiro e Cabiçalva Requer a condenação dos R. ao pagamento da quantia de 30.964,51€ acrescida de juros à taxa estabelecida para operações comerciais, desde data de vencimento da fatura n.º 489, de 01.11.2006, emitida pelo A. ao R. União Desportiva Pinheiro e Cabiçalva, até efetivo pagamento, com as legais consequências, relativa ao fornecimento e montagem de	E: 59641/2021 MGD/2021/600. 30.550/5	1153/16.1BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 10/01/2022 o A. apresentou requerimento onde requer que o TAFL mantenha a competência no processo. O processo encontra-se concluso ao juiz desde 21/01/2022, conforme informação da LSA de 15/03/2023.	LSA- Sociedade de advogados



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

vedação de corrimão num pavilhão desportivo, situado no lugar de Pinheiro, em Ourém, pertencente à União Desportiva Pinheiro e Cabiçalva.					
Processos em Tribunal Ano de 2020					
A: João Miguel Antunes Domingos R: Município de Ourém Requer a condenação a: 1. Pagar ao A. a importância total de 199.652,77€, sendo 83.652,77€ a título de danos patrimoniais, e 116.000,00€ a título de danos não patrimoniais, acrescida de juros à taxa legal a contar da citação e até integral pagamento. 2. Pagar ao A. todas as despesas médicas, que tenha de fazer a título de danos futuros, inerentes ao acidente sofrido.	E: 49586/2020 MGD/2020/600. 30.550/28	710/20.6BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 09/11/2021 foi admitida a intervenção acessória provocada de Construtora do Lena, S.A., Socoliro – Construções, S.A., Sociedade de Construções Aquino & Rodrigues, S.A. e António Oliveira Garcia. MGD/76869/2021 A 18/05/2022 foi notificada a Lena Engenharia e Construções, S.A. e António Oliveira Garcia para se pronunciarem sobre os objetos da perícia proposto pelo A. na petição inicial. (Anexo 12, 13, 14) A 15/11/2022 fomos notificados para indicar um perito comum com os Intervenientes. (Anexo 15) A 18/06/2024 foi proferido despacho saneador – determina a junção do processo administrativo. (Anexo 22)	LSA- Sociedade de advogados
A: José Luís Pereira Gonçalves R: Município de Ourém Requer o pagamento de: • 7.852,50€, • 12,50€ de quantia diária, no período compreendido entre a propositura da ação e o momento em que se vier a verificar o pagamento integral e efetivo do montante indemnizatório	E:34844/2020 MGD/2020/600. 30.550/25	515/20.4BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 04/05/2021 foi admitida a intervenção acessória provocada da Construções JJR & Filhos, SA e Escala Diagonal – Construções, Lda. MGD/29966/2021 A 19/01/2022 fomos notificados da réplica do autor.	LSA- Sociedade de advogados



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

determinado pela compensação da perda total do veículo sinistrado; • Quantia a liquidar em execução de sentença, correspondente ao preço de estacionamento que vier a ser exigido ao A. pela oficina reparadora na qual se encontra o veículo sinistrado; • Tudo acrescido de juros, calculados à taxa legal desde a citação até efetivo e integral pagamento.				Encontra-se concluso ao juiz desde 25/05/2023.	
Processos em Tribunal Ano de 2019					
A: Ana Paula Marques Silveiro R: Município de Ourém Requer: • que sejam declarados nulos ou anulados os atos impugnados; • a condenação a reconhecer a situação funcional da autora como correspondente ao exercício de funções correspondentes a necessidades permanentes e sem vínculo adequado ao abrigo da Lei n.º 112/2017 de 29/12; • a condenação a proceder à abertura do procedimento concursal, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado com a A., ao qual será candidata com exclusividade e que seguirá a tramitação constante na Lei n.º 112/2017 de 29/12; • a condenação a reconhecer, por via da aplicação da figura do agente putativo, que a A. possui o direito a ser integrada no seu quadro de pessoal, procedendo, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a A..	E:43554/2019 MGD/2019/600. 30.550/11	1129/19.7BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	Sentença de 08/04/2022, julga a ação improcedente e absolve o Município dos pedidos. Custas pela autora. MGD/29992/2022 A 09/06/2022 apresentamos as contra-alegações de recurso. MGD/48477/2022 A 24/06/2022 o TAFL admitiu o recurso e mandou subir o processo ao TCAS. MGD/52013/2022 O parecer do MP do TCAS conclui que não deve o recurso merecer provimento e deve ser julgado improcedente. (Anexo 2) Encontra-se concluso ao juiz desde 28/09/2023.	LSA- Sociedade de advogados
A: Vitor Antunes de Almeida R: Município de Ourém Requer que a condenação no pagamento: a) De 129.667,58€, acrescida de juros à taxa legal, desde a citação até integral pagamento;	E: 27965/2019 MGD/2019/600. 30.550/5	342/19.1BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 26/04/2023 foi apresentado requerimento pelo Autor. (Anexo 6 da E-27965/2019) A 23/04/2024 realizou-se a audiência de discussão e julgamento. (Anexo 12)	LSA- Sociedade de advogados



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

b) Das indemnizações a liquidar em futuras execuções de sentença, referente a danos patrimoniais que o A. venha ainda a sofrer.					
A: Francisco Pereira Marto (e outros) R: Município de Ourém Cl: Tecnorém – Engenharia e Construções, S.A. Requer que seja declarada nula a deliberação de Câmara de 27/04/2009, com legais consequências, nomeadamente a nulidade de todos os atos consequentes de tal deliberação.	E: 19543/2019 MGD/2019/500. 40.001/1	563/19.7BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	O processo está concluso ao juiz desde 14/06/2021, conforme informação prestada pela LSA a 07/02/2024.	LSA- Sociedade de advogados
A: Paulo Jorge Lopes dos Reis e Filomena Maria Espírito Santo Coelho Reis R: Município de Ourém Cl: Feliciano Marques António Requer a declaração de nulidade/anulação do despacho proferido a 17/08/2018, pelo Vice-Presidente, Natálio Reis, no âmbito do processo n.º 242/2010 que aprovou o projeto de arquitetura apresentado por Feliciano Marques António relativo ao pedido de licenciamento para alteração e ampliação de uma habitação, licenciada ao abrigo do Alvará de Construção n.º 264/2007.	15691/2019 MGD/2019/600. 30.550/6	451/19.7BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	O processo está concluso ao juiz desde 29/03/2022 a aguardar a marcação de audiência prévia. (MGD/10406/2021)	LSA- Sociedade de advogados
Processos em Tribunal Ano de 2015					
A: Massa Insolvente de Asibel – Construções, S.A. R: Município de Ourém Requer a condenação no pagamento de 705.641,55€, a título de reposição do equilíbrio financeiro do contrato de empreitada de obra pública “P077/2011 – Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B – Troços Entre a Passagem Desnivelada e as Rotunda Norte e Sul Inclusive, em Fátima”, acrescida de juros moratórios vincendos contados desde a citação, à taxa legal, até efetivo e integral pagamento.	24789/2015 MGD/2020/600. 30.550/13	1609/15.3BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa Comum	A 07/09/2022 foi apresentada pronuncia quanto ao objeto da perícia proposto pelo A. e indicado perito. (Anexo 11) O processo encontra-se concluso ao juiz desde 21/09/2022, conforme informação da LSA de 07/02/2024	LSA – Sociedade de Advogados
Processos em Tribunal Ano de 2013					



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

A: MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (PT Comunicações, S.A.) R: Município de Ourém e First Rule, S.A. Requer a anulação do contrato celebrado entre o Município de Ourém e a First Rule, S.A.	11695/2013 MGD/2020/600. 30.550/6	904/13.0BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação administrativa comum	Sentença julgou procedente a ação. MGD/13708/2021 A First Rule, SA recorreu da sentença, o Município não recorreu. MGD/64763/2021 O processo encontra-se no TCA Sul concluso ao juiz desde 26/09/2023, conforme informação da LSA.	LSA – Sociedade de Advogados
Processos em Tribunal Ano de 2011					
A: Maria Leonor Marques Valente Severino R: Município de Ourém Cl: Natália Maria Simões Ferreira Amaro; Ana Isabel Simões Gonçalves; Inês Ferreira Brito Requer a anulação do despacho do PCMO que homologou a lista de classificação final do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de dois postos de trabalho de Assistente Operacional na área funcional de Auxiliar de Ação Educativa.	5739/2011 MGD/2020/600. 30.550/9	323/11.3BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação administrativa especial	A 07/07/2017 o TAFL profere acórdão onde julga improcedente a reclamação e anula o despacho proferido a 15/12/2010 que homologou a lista de classificação final do procedimento. A 04/12/2017 os autos foram remetidos ao TCA Sul com recurso. O processo encontra-se concluso ao juiz desde 25/09/2023, conforme informação prestada pela LSA a 07/02/2024.	Dr. António Agostinho Transitou o patrocínio para a LSA – Sociedade de Advogados
Processos em Tribunal Ano de 2006					
A: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. R: Município de Ourém Cl: Petrofátima – Carburantes e Óleos, Ld.ª Requer a declaração de nulidade da deliberação de 02/05/2006 e de 07/08/2006, que deferiu o pedido de instalação de posto de abastecimento à Petrofátima – Carburantes e Óleos, Ld.ª; A declaração de nulidade das deliberações de CMO que concederam as licenças de exploração n.º 2/2006 e n.º 3/2006 à Petrofátima. A condenação no pagamento de uma indemnização pelos prejuízos, à razão de €1.300,00 por dia, desde 02/05/2006, data	(18385/2006) 4067/2020 MGD/2020/600. 30.550/1	1108/06.4BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação administrativa especial	Sentença de 19/07/2017 anula a deliberação de Câmara de 02/05/2006 alterada em 07/08/2006 que deferiu o pedido de licenciamento para a instalação do posto de abastecimento a favor da Petrofátima e anula a deliberação de Câmara que atribui as licenças de exploração n.º 2 e 3/2006 à Petrofátima e condena o R. a indemnizar a A. a liquidar em execução de sentença. A A. apresentou um pedido de €2.263.300,00 por prejuízos e lucros	LSA – Sociedade de Advogados



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

do deferimento da licença de instalação do posto de abastecimento, até ao dia da sua anulação.				<p>cessantes, €237.250,00 referente ao prejuízo por recuperação de vendas e €50.000,00 por prejuízos por danos à imagem.</p> <p>A 18/02/2016 foi renovada a instância a pedido do A..</p> <p>A 09/06/2017 a LSA informa que o Tribunal fixou os danos a pagar pelo Município em €1.766.016,00 acrescidos de €50.000,00 por prejuízos à imagem. O processo encontra-se concluso ao juiz desde 07/12/2022, conforme memorando da LSA de 15/02/2023.</p> <p>A 08/09/2023 requer a comparência dos peritos na audiência final a fim de prestar esclarecimentos.</p> <p>(Ver MGD/4067/2022 – Anexo18 e 7827/2023)</p> <p>A 22/01/2024 fomos notificados do despacho judicial e recurso e alegações do despacho que indeferiu a segunda perícia pedida pela A. A LSA apresentará contra-alegações.</p> <p>(Anexo 19 e 20)</p> <p>A 06/02/2024 por despacho o TAFL que admite o recurso do A. para o TCA Sul, processado como apelação, com subida em separado, e efeito suspensivo. Ambas as partes já indicaram as peças do processo de que pretendem certidão para instruir o recurso.</p> <p>(Anexo 22)</p> <p>Despacho de 03/06/2024 determina que o processo n.º 1108/06.4BELRA</p>
--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

				<p>ficará a aguardar pela decisão que for proferida pelo TCA Sul no processo apenso (n.º 1108/06.4BELRA-S1). (Anexo 24) No processo apenso o MP emite parecer onde pugna pela improcedência do recurso. (Anexo 25)</p>	
--	--	--	--	--	--

Última Atualização a 28/10/2024